

‘NATURALISMO EPISTEMOLÓGICO’ : APRESENTAÇÃO

(In: Évora, F.; Abrantes, P. (eds.) *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, série 3, v. 8, n. 2, 1998, pp. 7-26.)

Paulo César Coelho Abrantes
Universidade de Brasília

Este número especial dos *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* tem por temática o naturalismo em epistemologia¹. Não serão enfocadas, pelo menos de forma direta, abordagens que também são comumente denominadas ‘naturalistas’ em outras áreas da filosofia, como a ética, a filosofia da linguagem, a filosofia da mente, etc.

O primeiro artigo desta coletânea é escrito por Philip Kitcher, que possui uma respeitável obra na área de filosofia da ciência, com ênfase em filosofia da matemática, em teorias da explicação e, mais recentemente, voltada para o desenvolvimento de uma filosofia evolucionista da ciência (Kitcher, 1993). Kitcher escreveu “O retorno dos naturalistas” a convite dos editores do periódico *Philosophical Review*, na publicação do seu centésimo volume. Esta talvez seja a tentativa mais conhecida e alentada de explicitar os pressupostos centrais do naturalismo em epistemologia.

Os outros três autores que contribuem para esta coletânea tiveram seus artigos originalmente publicados num número especial recente do periódico *Midwest Studies in Philosophy*, inteiramente dedicado ao “naturalismo filosófico”. A. Goldman é um dos mais importantes teóricos do conhecimento da atualidade, tendo se dedicado, particularmente, a buscar soluções para os problemas tipo Gettier, fortemente calcadas nos desenvolvimentos da Ciência Cognitiva e comprometidas com uma perspectiva externalista em teoria da justificação. Foi um dos proponentes de uma teoria causal do conhecimento, que depois veio a criticar. O confiabilismo que defende atualmente é, sem dúvida, uma das mais importantes alternativas em teoria da justificação, à qual ele dedica a maior parte do seu artigo, após traçar um quadro geral das diversas posições consideradas naturalistas na epistemologia contemporânea.

Kornblith é um destacado e aguerrido partidário do naturalismo em epistemologia e foi o editor da coletânea *Naturalizing Epistemology* (1985), que se tornou uma referência obrigatória para os estudiosos dessa orientação filosófica.

O artigo de Bonjour contrasta com os demais por criticar o naturalismo em teoria do conhecimento, analisando suas implicações, em última instância céticas e auto-destrutivas a seu ver. Ele possui importantes contribuições à Teoria do Conhecimento, defendendo os objetivos e métodos tradicionais dessa área dentro de uma perspectiva racionalista.

Embora se possa identificar teses “naturalistas” em filósofos os mais remotos (há quem veja traços do naturalismo nos pré-socráticos!) é menos anacrônico e, acredito, mais

¹Salvo indicação em contrário, o termo ‘epistemologia’ estará sendo empregado, nesta apresentação, tanto para se referir à teoria do conhecimento quanto à filosofia da ciência.

informativo, buscar na filosofia anglo-americana do final do século passado e das primeiras décadas do séc. XX as raízes do naturalismo contemporâneo em epistemologia.

Dewey talvez seja a referência mais importante, nessa hipótese, com a sua defesa de um “método empírico” para o trabalho filosófico, em continuidade com o adotado nas ciências. As mazelas da filosofia seriam resultado, para Dewey, do emprego de um método não-empírico que teria afastado a filosofia da “experiência primária”, levando-a a hipostasiar uma substância imutável como realidade abstrata, eivada de categorias do pensamento. A tradição filosófica reduziu, desse modo, o status ontológico da experiência primária, pré-cognitiva, na sua fluidez, contingência e diversidade qualitativa. A experiência primária, na qual sujeito e objeto do conhecimento estão inextricavelmente unidos, é então julgada “aparente” por essa tradição, mero conjunto de “impressões” ontologicamente inferiores a uma realidade essencial, última. Os objetos do conhecimento são considerados, por essa via, idênticos aos objetos de uma “realidade” que reduz a riqueza da experiência aos seus aspectos estáveis, na busca de um fundamento seguro para o conhecimento. Essa ontologia incorpora, de um lado, o dualismo de substância em filosofia da mente e estaria, de outro, conjugada estreitamente ao fundacionalismo em teoria do conhecimento. Essa atitude “intelectualista” e “subjetivista” estaria na base, para Dewey, tanto do racionalismo quanto do empirismo clássicos, que separaram o domínio do pensamento dos eventos experienciados, abrindo caminho para o ceticismo. Ao separar a experiência da natureza, e reificar os produtos da atividade cognitiva, a filosofia escamoteia as escolhas que foram feitas em dado momento, tendo em vista determinados propósitos, e que levaram a isolar elementos que estavam, originariamente, unidos na experiência. Contrariamente à ciência, cujos progressos também dependem de escolhas de determinado tipo e do resultante movimento de abstração, a filosofia recusa-se a retornar à experiência para submeter ao teste os produtos da reflexão e, eventualmente, a modificá-los.

O naturalismo de Dewey revela-se numa visão do sujeito em interação ativa com o meio-ambiente, respondendo adaptativamente a este último, e numa concepção da mente como uma emergência de processos naturais. A epistemologia deve pressupor, além disso, uma “continuidade natural” entre o homem e outros animais. Também é característico do seu naturalismo a defesa de um claro falibilismo em teoria do conhecimento e a sua proposta de uma análise genética do processo de investigação. O seu naturalismo também se evidencia na tentativa de informar a ética dos resultados da psicologia científica.

As influências principais sobre o “naturalismo empírico” de Dewey foram o pragmatismo de William James e a teoria da evolução de Darwin. A influência deste último deu-se através da sua rejeição de explicações para a origem das espécies envolvendo um apelo ao sobrenatural (sobrenaturalismo). É significativo, neste contexto, o artigo de Dewey publicado em 1910, “A influência do darwinismo na filosofia”. A teoria da evolução mantém-se, até hoje, uma forte referência para os naturalistas, como atesta Kitcher nesta coletânea (n.c.; ver também Rosemberg, 1996).

O naturalismo anglo-americano das primeiras décadas deste século foi gradualmente eclipsado pela chamada “virada linguística”, a emergência do empirismo lógico e outras escolas filosóficas, como a fenomenologia. Kitcher (n.c.), retrata o que ele chama de uma

epistemologia pós-Fregeana e Wittgensteiniana, marcada por uma concepção do trabalho filosófico que o isola das ciências, francamente anti-psicologista e caracterizado por uma metodologia apriorista: um misto de análise conceitual e de reconstrutivismo lógico. A despeito do declarado compromisso dos membros do Círculo de Viena com o projeto de uma “filosofia científica”, muitas das posições dos empiristas lógicos são, na verdade, anti-naturalistas, como ressalta Kornblith (n.c.). A perda de hegemonia da filosofia analítica e do empirismo lógico a partir dos anos 50 foi acompanhada pelo “retorno dos naturalistas” (título do artigo de Kitcher, n.c.).

É significativo, nesse contexto, o pronunciamento presidencial de E. Nagel no encontro da divisão leste da *American Philosophical Association*: “Naturalism reconsidered”, de 1954. As teses que Nagel associa ao naturalismo, neste pronunciamento, ainda refletem posições que encontramos em Dewey². Para Nagel, o naturalismo não só é comprometido com um “método” mas também com “visões substantivas acerca das coisas em geral” (1955, p. 7). Em primeiro lugar, há uma clara rejeição do sobrenaturalismo: “Na concepção dos processos naturais que o naturalismo afirma não há lugar para a operação de forças incorpóreas, nenhum lugar para um espírito imaterial dirigindo o curso dos eventos, nenhum lugar para a sobrevivência da personalidade após a corrupção do corpo que a exhibe”. O naturalismo é comprometido com uma posição materialista (termo, contudo, que Nagel não utiliza), ou seja, com “a primazia existencial e causal da matéria organizada na ordem executiva da natureza” (Ibid., p. 8-9). Isso não parece implicar, contudo, num reducionismo ou eliminativismo já que Nagel admite a “emergência de formas novas na evolução física e biológica...” rejeitando uma “identidade” entre tais formas emergentes e as propriedades e processos dos quais emergiram (Ibid., p. 10). Em particular, os “problemas morais” não poderiam, segundo ele, ser resolvidos invocando-se uma “natureza não-humana” (Ibid., p. 12).

Dewey também fora crítico da tendência de algumas correntes filosóficas de “reduzir e transformar” a natureza de modo a “defini-la em termos idênticos com as características apresentadas pelos objetos refinados das ciências...” (1958, p. 21). Dewey se opõe, por exemplo, ao mecanicismo, a despeito de reconhecer a sua importância histórica, que possibilitou à ciência atingir os seus objetivos instrumentais, especialmente o de controle dos processos naturais.

A segunda tese que Nagel associa ao naturalismo é a da “pluralidade e variedade manifesta das coisas, de suas qualidades e suas funções...”, o que vai de encontro à postulação de uma “substância homogênea e trans-empírica”, de uma “realidade última”. Além disso, a sequência de eventos e as “relações de dependência” entre as coisas são consideradas pelos naturalistas- na caracterização de Nagel- como contingentes e não como “incorporações de um padrão fixo e unificado de conexões logicamente necessárias” (Ibid., p. 9). Vimos em Dewey uma crítica análoga à tradição filosófica. Nagel insiste que as teses dos naturalistas não são defendidas *a priori*: a “verdade do naturalismo” enquanto posição

²E. Nagel foi colega de Dewey na Universidade de Colúmbia. O filósofo G. Santayana também exerceu uma grande influência sobre toda uma geração de filósofos naturalistas americanos, como Morris R. Cohen e F. J. E. Woodbridge.

filosófica estaria respaldada por evidências colhidas através do “método da ciência empírica moderna” (Ibid., p. 12-3), o único aceito por Nagel para decidir “asserções cognitivas”. Embora Nagel, como vimos, ainda faça referência ao sobrenaturalismo, esse tópico claramente já não está no centro da polêmica, como era o caso em Dewey e nos naturalistas do início do século.

Em epistemologia, especificamente, o naturalismo contemporâneo ressurgiu com o artigo de Quine, “Epistemology naturalized” (1969a) que, salvo engano, foi quem forjou essa denominação³. Algumas das teses naturalistas defendidas por Quine nesse artigo foram antecipadas por Dewey. A proposta quineana de naturalização da epistemologia é precedida de um balanço, globalmente negativo, do projeto epistemológico clássico, particularmente do que Quine considera ser seu produto mais elaborado e sofisticado: o reconstrucionismo lógico-empiricista de Carnap. Tanto Bonjour (n.c.) quanto Friedman (1997) discordam, contudo, da leitura quineana de Carnap, como veremos.

Kitcher (n.c.) explora as implicações naturalistas da crítica de Quine aos “dogmas do empirismo”- em particular à noção de analiticidade-, e do seu holismo, que o levam a rejeitar o alegado status *a priori* dos princípios e teorias epistemológicas. Quine rompe, além disso, com o anti-psicologismo de cepa fregeana, defendendo um naturalismo eliminativista, no qual a epistemologia seria absorvida pela psicologia. Há que se destacar, também, o apelo de Quine ao darwinismo numa tentativa de responder ao ceticismo e de elaborar uma resposta ao problema da indução, no seu artigo “Natural Kinds” (1969b).

Bonjour (n.c.) analisa várias das críticas naturalistas à possibilidade de uma justificação *a priori*. Ele argumenta, em particular, que naturalistas como Quine cometem o erro de transferir uma crítica à noção de analiticidade- noção esta pressuposta pelo que ele denomina “empirismo moderado”, representado por Carnap- à rejeição da possibilidade de uma justificação *a priori*. Haveria, para Bonjour, uma concepção racionalista da justificação *a priori* que manter-se-ia imune às críticas quineanas aos “dogmas” do empirismo.

Quine abriu caminho para uma reaproximação entre a epistemologia e as ciências e, de certa forma à sua revelia, o programa naturalista que desenhou inicialmente fortaleceu-se com o crescimento da psicologia cognitiva⁴, que readquire respeitabilidade com a retração do behaviorismo e, de modo mais amplo, com o progresso em outras áreas que hoje são incluídas, juntamente com a psicologia cognitiva, na chamada ‘Ciência Cognitiva’.

De forma mais ou menos independente do curso do naturalismo em teoria do conhecimento, a filosofia da ciência viveu, a partir do final dos anos 50, a sua “virada naturalista”, com as críticas historicistas (e sociologizantes) ao programa do empirismo lógico (e, por tabela, a Popper, embora este se considerasse também um crítico deste último programa). Essa filosofia naturalista da ciência colocou em cheque a dicotomia contexto de descoberta/ contexto de justificação, um dos pilares da ortodoxia, denunciou as limitações

³De modo inusitado, Rosemberg (1996, p. 2) considera que o ‘locus classicus’ do naturalismo contemporâneo não é Quine, mas E. Nagel em seu livro *The Structure of Science* (1961), embora o termo ‘naturalismo’ não apareça no seu índice analítico!

⁴Quine adotara uma orientação behaviorista em psicologia.

dos métodos lógico-linguísticos adotados em filosofia e minou, desse modo, o pretensão *status a priori* das metodologias científicas propostas por filósofos como Popper⁵. Associados a esse naturalismo em filosofia da ciência estão os nomes de Toulmin, Hanson e, sobretudo, Kuhn, embora nenhum deles, salvo engano, se tenha rotulado ‘naturalista’. Mais recentemente, Laudan passou a defender um naturalismo em meta-metodologia com a sua teoria reticular da racionalidade, que postula uma mútua interação entre os níveis do conhecimento substantivo, da metodologia e da axiologia. Com essa teoria, Laudan expõe a metodologia e a axiologia (áreas tradicionalmente consideradas estritamente filosóficas) à crítica empírica, sem contudo abdicar do *status* normativo da filosofia da ciência.

Tradicionalmente associada ao naturalismo está, de fato, a famigerada “falácia naturalista”, ou seja, o equívoco em se tentar “transpor o fosso lógico” existente entre questões normativas e questões descritivas. Laudan, com o seu “naturalismo normativo”, tenta mostrar que o metodólogo naturalista não comete qualquer falácia ao mostrar como questões normativas e descritivas impõem-se restrições mútuas.⁶

Uma das dificuldades em se avaliar o naturalismo, mesmo se nos restringirmos às suas versões mais recentes em teoria do conhecimento, é a variedade de orientações englobadas sob esta denominação. Não é óbvio que haja um núcleo comum de compromissos aceitos por todas as variedades de naturalismo. Kitcher (n.c.) considera centrais dois componentes do naturalismo: a rejeição do *a priori* e o psicologismo.

Os naturalistas rejeitam, de modo geral, a possibilidade de uma justificação *a priori* e, de modo particular, o *status a priori* da própria epistemologia. A epistemologia, na concepção naturalista, é considerada um empreendimento tão falível quanto o científico, estando, de fato, em continuidade com este último. Os naturalistas argumentam que as teses epistemológicas sempre pressupõem, consciente ou inconscientemente, hipóteses contingentes (empíricas) a respeito do mundo e a respeito de nós-mesmos enquanto sistemas cognitivos. A epistemologia perde, assim, o seu *status* privilegiado de “filosofia primeira”, de ponto fixo que permitiria alavancar uma crítica, digamos “externa”, às pretensões epistêmicas da ciência. A imagem do barco de Neurath é repetidamente invocada pelos naturalistas nesse contexto, o que motiva, por sua vez, a crítica de que o naturalismo não consegue escapar de uma circularidade viciosa se decide manter o compromisso da epistemologia com a validação do conhecimento e método científicos.

O outro componente do naturalismo (que, a rigor, não pode ser dissociado do anterior), segundo Kitcher, é o psicologismo. Ele se revela, por exemplo, na defesa de um “realismo descritivo” em oposição às idealizações típicas da epistemologia tradicional. Uma epistemologia naturalizada deve levar em consideração, por exemplo, as limitações cognitivas do sujeito epistêmico, em vez de propor normas (baseadas em princípios da lógica ou da estatística, por exemplo) que não podem ser seguidas por sujeitos epistêmicos

⁵No caso específico de Popper, a metodologia possui um caráter convencional. Ver Abrantes (1993).

⁶Encontramos concepções próximas a essas em filósofos como Boyd e Shapere, entre outros (apesar de suas divergências em outros assuntos, como o do realismo). Para uma apresentação da meta-metodologia naturalista de Laudan e do campo naturalista em geral, tanto em teoria do conhecimento quanto em filosofia da ciência, ver Abrantes (1993).

reais. A aceitação do princípio ‘deve => pode’ teria, nesse sentido, um caráter eminentemente naturalista.

Bonjour (n.c.) distingue vários tipos de “psicologismos” e argumenta que alguns deles poderiam perfeitamente ser absorvidos pela epistemologia tradicional, sem que se abra mão do que considera ser o núcleo racionalista dessa epistemologia, que é a necessidade de uma justificação *a priori* de determinados princípios (sejam eles substantivos, sejam regras de inferência, como no caso da inferência pela melhor explicação, que ele analisa longamente). Bonjour rejeita, portanto, o eliminativismo quineano e qualquer psicologismo radical que implique na rejeição da justificação *a priori*.

Embora possa ser argumentado que a psicologia possui uma importância central para o projeto de uma epistemologia naturalizada⁷, não há nenhuma razão para se considerar irrelevante a contribuição de outras ciências para este programa. Kornblith (n.c.) enfatiza, por exemplo, o papel de ciências como a física e a biologia, e mesmo das ciências humanas na construção de uma metafísica naturalista, a qual é implicada, como veremos a seguir, no programa de melhoramento epistêmico.

Goldman (n.c.) apresenta uma classificação, com mais nuances que a de Kitcher, dos vários tipos de posições que se poderia denominar “naturalistas” na epistemologia contemporânea. Por analogia com o naturalismo em ética, Goldman caracteriza, em especial, algumas espécies de naturalismo como posições meta-epistêmicas, a saber, a respeito do status ontológico das propriedades epistêmicas normativas (justificação, racionalidade, garantia [*warrant*], etc.). Pode-se defender que estas propriedades reduzem-se a propriedades físicas, ou ainda que supervêm a estas, gerando duas orientações distintas. Uma terceira posição, mais radical, seria a de que as propriedades epistêmicas (normativas) devem simplesmente ser eliminadas, de modo que somente propriedades físicas ou biológicas (descritivas) possam ter lugar numa teoria do conhecimento que se pretenda naturalizada.

Mesmo admitindo-se que haja um consenso mínimo em torno dos dois componentes de uma epistemologia naturalizada explicitados por Kitcher, as convergências entre os naturalistas talvez terminem aí. Uma das principais clivagens dentro do campo naturalista refere-se, exatamente, à possibilidade de se assegurar o caráter normativo do empreendimento epistemológico como concebido tradicionalmente (um problema que, com vimos, também se coloca em filosofia da ciência). Quine (1969a) parece defender que a eliminação da epistemologia pela psicologia conduz inevitavelmente ao abandono do status normativo da primeira (embora tenha reavaliado a sua posição posteriormente)⁸.

Kitcher, e também Kornblith, nos seus artigos (n.c.), defendem um “naturalismo tradicional”, em oposição a um “naturalismo radical”. O primeiro mantém o

⁷O que, ainda assim, deixa em aberto a orientação adotada em psicologia: se o behaviorismo ou a psicologia cognitiva, etc.

⁸Há, na verdade, quem defenda que Quine, consistentemente, nunca sugeriu o abandono da normatividade em epistemologia o que, aliás, ele próprio confirma em seus artigos mais recentes. Ver, por exemplo, Richard Foley (1994).

comprometimento normativo da epistemologia, só que agora inserido num projeto de melhoramento do nosso desempenho cognitivo. Esse desempenho é, evidentemente, sempre relativo a um mundo particular e, portanto, aquele projeto deve estar necessariamente instruído não só pelo conhecimento empírico a respeito das nossas capacidades e limitações cognitivas, mas também pelo conhecimento das características e estrutura do mundo particular no qual vivemos, conhecimento esse produzido no âmbito de ciências como a física, a biologia, etc. A referência a evidências empíricas sobre o nosso desempenho cognitivo tematiza um dos tipos de “psicologismo” mínimo caracterizados por Bonjour que, no seu entender, não colocaria em risco o empreendimento epistemológico como entendido tradicionalmente.

Os naturalistas “radicais”, por sua vez, abandonam simplesmente o status normativo da epistemologia, que consideram um vestígio “fregeano” na espécie de naturalismo mais brando advogado por Kitcher. O apelo ao conhecimento científico é motivado, na posição radical, não por um objetivo normativo (meliorativo), mas exclusivamente explicativo, como é o caso no projeto naturalista como concebido originalmente por Quine.

O programa epistemológico naturalista remete, portanto, tanto na sua versão “tradicional” quanto “radical”, necessariamente a uma concepção de natureza. Kornblith (n.c.) mostra como questões epistemológicas e questões ontológicas (numa metafísica também naturalista) estão, de fato, mutuamente imbricadas. Uma “metafísica naturalista” é, entretanto, destilada das teorias científicas aceitas num determinado momento e, de modo algum, resultado de uma especulação *a priori*. Especifica-se o que é ‘natural’ com base no conhecimento científico disponível. As formulações mais antigas do naturalismo, que encontramos, por exemplo, em Dewey e Nagel, sem deixarem de lado a contribuição das ciências, ainda enfatizam, como vimos, uma ontologia intuitiva, imediata, baseada no conhecimento de senso-comum, ordinário “... adquirido da maneira usual nos encontros cotidianos com o mundo...” (Nagel, 1955, p. 8).

Kornblith representa a tendência naturalista mais recente, declaradamente científicista, ao defender que a teoria científica tem precedência com respeito tanto à metafísica quanto à epistemologia naturalistas⁹. Somente devemos postular a existência daquelas entidades e processos descritos pelas teorias científicas “bem sucedidas”¹⁰. Pode ser motivo de controvérsia, como vimos, se há ou não restrição a respeito de que ciências incluir na lista. Kornblith, por exemplo, não faz restrições, e inclui até as ciências humanas.

É também controverso em que medida o naturalismo epistemológico implica numa ontologia particular como, por exemplo, o fisicalismo- que rejeita entidades, propriedades e processos além daqueles postulados pela física, colocando, por exemplo, sob suspeição qualquer modalidade de dualismo mente/corpo. Pettit (1994), por exemplo, define o naturalismo da seguinte forma: “Esta é a doutrina de que somente existem coisas naturais:

⁹Rosemberg inclui o “cientificismo” como um dos traços característicos do naturalismo, ao lado do “repúdio à filosofia primeira” e do darwinismo (1996, p. 4). Goldman, contudo, rejeita o científicismo (ver nota 12).

¹⁰É evidente que se coloca, de imediato, a questão de quem está autorizado a estabelecer os critérios de “sucesso”. O naturalista não dispõe, obviamente, do recurso a uma “filosofia primeira”, restando-lhe a convicção de que a circularidade, que surge inevitavelmente, não seja viciosa, como afirmam os seus críticos.

só particulares naturais e só propriedades naturais”. O termo “natural” é completamente ambíguo e depende do que decidimos incluir no âmbito da natureza. Mas Pettit, logo a seguir, define melhor o seu sentido: “[o naturalismo] é um parente próximo da doutrina do materialismo ou fisicalismo de acordo com a qual somente existem as coisas físicas ou materiais” (1994, p. 296-7). Resta ainda saber se essas “coisas físicas” são unicamente as reveladas pela nossa experiência ordinária do mundo macroscópico ou se incluem, também, as entidades pressupostas pelas teorias da microfísica, por exemplo. Neste último caso, o naturalista terá que se confrontar com a questão de como se justificam as inferências científicas que conduzem do observável ao inobservável, como ressalta Bonjour (n.c.).

Relacionado com a questão anterior (mas não se identificando com ela) é a de se os naturalistas defendem a redução das ciências de “nível alto”, ou “especiais” (como a psicologia, por exemplo) às ciências “fundamentais” como a biologia ou a física. Kornblith (n.c.), embora considere que as ciências fornecem evidência a favor do fisicalismo (ou seja, da “constituição física” de todas as coisas, como ele define essa doutrina), elas não apontam, contudo, no seu estágio atual, para um reducionismo, e muito menos para o eliminativismo¹¹. Kornblith é realista com respeito às espécies naturais postuladas por ciências como a psicologia (p.ex. tipos de estados mentais) e considera que tais espécies têm poder causal genuíno. Ele rejeita, portanto, o epifenomenalismo em filosofia da mente. Kornblith reconhece, contudo, que a metafísica que propõe, embora seja compatível e, acredita, fundada no estágio atual do conhecimento científico, não é consensual entre os naturalistas. Pettit (1994) também percebe uma ambiguidade ontológica no naturalismo: há aqueles que defendem um reducionismo, restringindo portanto a sua ontologia, e os que adotam uma ontologia mais ampla, na qual também têm lugar, por exemplo, propriedades que supervêm às propriedades físicas.

Para Papineau (1993), o ‘naturalismo’ é entendido de várias maneiras, por diferentes filósofos. Pode compreender o compromisso com algumas ou com todas as seguintes teses: a) a continuidade entre a filosofia e a ciência empírica; b) a rejeição do dualismo; c) a rejeição do internalismo em epistemologia; d) o fisicalismo. Embora o naturalismo de Papineau se comprometa com todas essas teses, ele tampouco defende, à exemplo de Kornblith, o reducionismo, ou seja, a redução à física de ciências como a psicologia.

Ainda na esfera dos possíveis compromissos ontológicos do naturalismo, devemos mencionar o status ontológico problemático das entidades da matemática, dos valores, etc. o que leva muitos naturalistas a adotarem uma posição anti-realista com respeito a tais entidades. Stroud (1996) e Friedman (1997) criticam o naturalismo por essa via, como veremos.

Há quem defenda, entretanto, que o naturalismo é ontologicamente neutro, comprometendo-se somente com uma particular metodologia, a das ciências (cf. Danto, 1967, p. 448; Hook, 1956, p. 254). Ou seja, o naturalismo pressuporia, nessa leitura, um monismo metodológico e não um monismo ontológico (como o fisicalismo).

¹¹Vimos que Dewey e Nagel tampouco aceitam um reducionismo irrestrito.

O naturalismo defendido por Quine é de tipo metodológico, na classificação que propõe Goldman (n.c.). Mesmo aqui as divergências entre os naturalistas são porém comuns. Enquanto Quine é um monista metodológico, Goldman, apesar do seu professado naturalismo, admite um dualismo no qual a filosofia disporia de métodos próprios e distintos dos métodos científicos. A epistemologia continuaria com a tarefa de explicar [*explicate*] o significado dos termos epistêmicos- o que remete ao método de análise conceitual- a identificar a conduta cognitiva adequada, os valores e objetivos da cognição, etc. À ciência caberia, então, verificar se os sujeitos epistêmicos possuem os meios (capacidades) para atingir os objetivos da cognição, fixados previamente; ou ainda, a ciência procuraria identificar os métodos que melhor promovem a conduta cognitiva adequada, conforme estipulada pela epistemologia. Goldman opõe-se a Quine por defender claramente o status normativo da epistemologia, o que implicaria, no seu entender, que esta última dispõe de métodos próprios, não-científicos. Goldman distingue, assim, diferentes graus de envolvimento das ciências no projeto epistemológico normativo, indo de naturalismos brandos até um “naturalismo ilimitado”, no qual as ciências seriam relevantes mesmo para a identificação dos fins epistêmicos (Goldman, n.c.; cf. Roth, 1999).

O confiabilismo de Goldman mantém-se naturalista na medida em que pressupõe que a justificação (confiabilidade) de uma crença é função dos processos psicológicos que a produzem ou sustentam. Mas seu naturalismo é “moderado” estando, inclusive, disposto a aceitar a possibilidade da justificação *a priori* (abrindo mão, portanto, de um dos componentes que Kitcher considera essenciais ao naturalismo) desde que se elimine algumas das características normalmente associadas ao *a priori*, como a infalibilidade, a certeza e a incorrigibilidade. A posição de Goldman, nesse aspecto, aproxima-se do racionalismo que defende Bonjour (n.c.)¹².

Nossa discussão a respeito dos pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos do naturalismo colocam, de forma imediata, a questão de se o naturalismo como posição filosófica consegue passar pelo crivo de suas próprias exigências (ou seja, se ele é auto-referencialmente ou reflexivamente consistente). Para Bonjour (n.c.), a epistemologia naturalizada é “auto-referencialmente” inconsistente, na medida em que não pode aplicar a si própria os cânones que prega. Em outras palavras, o naturalismo não pode ser justificado naturalisticamente.

Um indício de que o programa naturalista ainda mantém-se na agenda filosófica anglo-americana é o fato de que dois dos pronunciamentos presidenciais que abriram encontros recentes (nos anos 1996-7) da *American Philosophical Association*, a exemplo do que fez Nagel nos anos 50, tiveram como tema o naturalismo filosófico. Sintomaticamente, talvez, ambos os pronunciamentos são críticos do naturalismo.

O de Barry Stroud tem o título irônico “O charme do naturalismo” (1996). Stroud distingue o naturalismo como uma posição ontológica (“uma visão sobre o que existe no

¹²Em comunicação pessoal, o Prof. Goldman informou-me que estará publicando, ainda este ano, uma réplica ao artigo de Bonjour (n.c.) em que desenvolve uma concepção da justificação *a priori* compatível com a espécie de naturalismo que defende.

mundo”) e como uma posição metodológica (“uma maneira de estudar ou investigar o que existe no mundo”). O primeiro aspecto tem para ele precedência, e é aí que concentra a sua análise. Para Stroud, a partir do momento em que o sobrenaturalismo deixa de ser o alvo principal dos naturalistas¹³, estes vivem um dilema. Se optam por uma ontologia por demais restritiva, como o fisicalismo, então caem num eliminativismo anti-intuitivo, levando-os a defender, por exemplo, que cores, estados psicológicos intencionais, valores e entidades matemáticas, não existem na natureza. Se expandem a sua ontologia, assimilando tais entidades em sua concepção de natureza, o naturalismo perde a sua corrosividade, tornando-se uma doutrina aceitável por praticamente todas as correntes filosóficas contemporâneas.

O pronunciamento presidencial de Friedman, por sua vez, não nega a importância e as contribuições do naturalismo, mas chega a afirmar que essa “tendência de pensamento... atingiu o fim de sua vida útil”(1997, p. 7). Friedman procura reabilitar Carnap diante da crítica quineana, que considera equivocada, ao seu pretense “fundacionalismo”. Por trás do naturalismo quineano estaria uma “concepção fisicalista da ciência natural moderna” que não deixa espaço para qualquer outro tipo de verdade além daquele encontrado nas ciências naturais. Em particular, o naturalismo, na sua versão quineana, não admite que existam outros tipos de verdade em domínios como a lógica, a matemática e a filosofia. O pronunciamento de Friedman centra-se sobre o papel da matemática e, de forma mais geral, de estruturas linguístico-representacionais, na formulação das teorias científicas. A linguagem matemática teria uma função constitutiva, no sentido kantiano, sem a qual uma teoria empírica, como a teoria einsteiniana da gravitação- tomada como exemplo por Friedman- não poderia sequer ser formulada. Embora não mais admitamos que tais estruturas representacionais tenham o caráter fixo e irrevogável atribuído por Kant, elas retêm, contudo, sua função constitutiva, como condição de possibilidade (portanto, *a priori*) para o conhecimento em ciências empíricas como a física. Friedman rejeita, desse modo, o holismo quineano, que tenderia a ver a confirmação empírica da teoria de Einstein, por exemplo, como uma confirmação também da estrutura linguística/matemática na qual ela é formulada. Na verdade, essa confirmação não seria possível se a estrutura linguística na qual a teoria é formulada não estivesse disponível previamente. Friedman desenvolve a sua posição em termos da distinção carnapiana entre revisões da estrutura linguística e revisões dos enunciados empíricos formulados nessa estrutura. Aceitar a revisibilidade de estruturas representacionais não implica, nesses termos, em abandonar o status *a priori* das mesmas, como imaginava Quine. Apoiando-se, ainda, na distinção carnapiana entre questões internas e externas, Friedman percebe uma clara delimitação entre as ciências, de um lado, que se ocupariam primariamente das primeiras, e a filosofia, de outro, que se ocupariam das últimas. Mais precisamente, Friedman distingue, no nosso sistema global de crenças, três tipos de princípios e conceitos: científicos, matemáticos e filosóficos. Cada um deles desempenha funções particulares, embora interajam mutuamente e evoluam conjuntamente. Embora não haja princípios irrevogáveis de nenhum tipo, cada um desses componentes possuiria, contudo, uma dinâmica própria.

¹³Stroud assinala, entretanto, que o sobrenaturalismo volta a ser uma posição respeitável em epistemologia após os trabalhos de Alvin Plantinga, que considera inescapável defender alguma forma de teísmo nessa área.

Os pronunciamentos de Stroud e de Friedman seriam uma indicação de que estaríamos, atualmente, vivendo mais um refluxo do projeto naturalista, após sua grande penetração nas três últimas décadas? Ainda que este seja o caso, o naturalismo deixou marcas profundas mesmo nos seus críticos mais severos, como pode ser constatado nas posições de Bonjour, Stroud e Friedman acima expostas.

Independentemente das posturas dos filósofos incluídos nessa coletânea com respeito especificamente ao naturalismo, temos aqui bons exemplos das sutis discussões epistemológicas que se desenvolvem atualmente. A carência de bibliografia em português na área de Teoria do Conhecimento, especialmente nos seus desenvolvimentos contemporâneos, é flagrante. Acreditamos que esta coletânea possa, também, contribuir para preencher essa grave lacuna.

Outubro/99

REFERÊNCIAS

- Abrantes, P. Naturalizando a epistemologia. In: Abrantes, P. (org.) *Epistemologia e Cognição*. Brasília: Editora da UnB, 1993.
- Danto, A. C. Naturalism. In: Edwards, P. (ed.) *The Encyclopedia of Philosophy*. NY: Collier-Macmillan Ltd., 1967, v. 5, pp. 448-450.
- Dewey, J. The influence of darwinism in Philosophy. McDermott, J. (ed.) *The philosophy of John Dewey*. University of Chicago, 1981, pp. 31-41.
- _____. *Experience and nature*. La Salle (IL): The Open Court Publishing Co., 1958.
- Foley, R. Quine and naturalized epistemology. In: French, P. et al.(eds.), *Philosophical naturalism*. Notre Dame (Indiana): University of Notre Dame Press, 1994. Midwest Studies in Philosophy, vol. XIX.
- Friedman, M. Philosophical Naturalism. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, v. 71, n. 2, pp. 7-21, 1997.
- Hook, S. Naturalism and first principles. In: Hook, S.(ed.) *American philosophers at work*. NY: Criterion Books, 1956.
- John Dewey. The Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível: <http://www.utm.edu:80/research/iep> (acessada em 9/12/1999).
- Kitcher, P. *The advancement of science*. NY: Oxford University Press, 1993.
- Kornblith, H. (ed.) *Naturalizing Epistemology*. Cambridge (MA): MIT Press, 1985. Há uma segunda edição de 1994.

Nagel, E. Naturalism reconsidered. *Proceedings of the American Philosophical Association*, v. 28, pp. 5-17, 1955.

Papineau, D. *Philosophical naturalism*. Oxford: Blackwell, 1993.

Pettit, P. Naturalism. In: Dancy, J.; Sosa, E. *A Companion to Epistemology*. Oxford: Blackwell, 1994.

Quine, W.V.O. Epistemology naturalized. In: *Ontological relativity and other essays*. NY: Columbia University Press, 1969a, pp. 69-90.

_____. Natural Kinds. In: *Ontological relativity and other essays*. NY: Columbia University Press, 1969b, pp. 114-38.

Rosemberg A. A field guide to recent species of naturalism. *British Journal for the Philosophy of Science*, v. 47, p. 1-29, 1996.

Roth, P. Naturalizing Goldman. *The Southern Journal of Philosophy*, v. 7, n.1, pp. 89-111, 1999.

Stroud, B. The charm of naturalism. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, v. 70, n.2, pp. 43-55, 1996.